

ENTRE SONHOS E COTIDIANOS: DIVAGAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA PROPOSTA DE PARQUE NO COTIDIANO DE BRASILÂNDIA

BETWEEN DREAMS AND ORDINARY LIFE: THEORETICAL DIGRESSIONS ON A PARK PROPOSAL FOR EVERYDAY LIFE IN BRASILÂNDIA

Hulda Wehmann*

RESUMO

O que significa um parque para Brasilândia na região norte do município de São Paulo? Este trabalho apresenta as digressões teóricas que foram permitidas ao longo do desenvolvimento de proposta para o Parque Municipal da Brasilândia. O distrito possui uma porção de área verde alvo de campanhas para transformação em parque. A proposta aqui discutida tem como diretriz o enraizamento do parque no bairro como estratégia para assegurar sua inserção como espaço físico e simbólico. Para isso são sugeridas novas relações entre o espaço construído e a área verde, utilizando-se das oportunidades encontradas na estrutura da cidade informal para entrelaçar espaço construído e zonas de natureza, tempo de lazer e vida cotidiana. O projeto apresentado utiliza-se de soluções de manejo das águas urbanas baseadas nos princípios de Melhores Práticas de Manejo (MPM) e Desenvolvimento de Baixo Impacto (Low Impact Development – LID), numa tentativa de melhorar a relação entre o espaço construído e a base biofísica, e da proposta da Borda de Amabilidades como costura suave entre o uso urbano e o espaço de proteção à vida natural.

Palavras-chave: Paisagem. Cotidiano. Borda de Amabilidade.

ABSTRACT

What are the implications of a new park in the district of Brasilândia, in northern Sao Paulo city? This paper presents a few theoretical digressions that were made during the development of a proposal for Brasilândia Municipal Park. The district has a considerable portion of green space, which is currently addressed by civil campaigns to be turned into a park. This article discusses the proposed insertion of the park in that neighborhood as a strategy to create a physical and symbolic space. The proposal suggests the use of pre-existing opportunities in the informal city structure to establish new relationships and to intertwine built space with green natural space, everyday life with leisure time. As an attempt to increase relations between the built environment and the its biophysical basis (BONZI, 2015), the proposed plan makes use of urban water management solutions based on both the principles of Best Practice Management (MPM) from the Low Impact Development (LID) and the creation of an “Edge of Amiability”, a gradual transition between urban use and space of natural life protection.

Keywords: Landscape. Ordinary life. Edge of Amiability.

* Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Rua do Lago, 876, CEP 05508-080, Butantã, São Paulo, SP.
CV: <http://lattes.cnpq.br/1536594461814681>
wehmann.hulda@gmail.com

BRASILÂNDIA, CIDADE E PARQUE

Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
(*Os saltimbancos*, Chico Buarque, 1977)

Ao adaptar o musical infantil *Os Saltimbancos*, de Sergio Bardotti e Luis Enríquez Bacalov, Chico Buarque faz seus personagens cantarem sobre suas cidades ideais, espaços míticos diferentes da realidade que lhes era adversa. Inicialmente, os sonhos são individuais, quando o cachorro canta sobre os postes, a gata imagina sardinhas e a galinha pede minhocas. Apenas o jumento, que é “velho e sabido”, atenta para a hostilidade da cidade real: “A cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora.”

O coro, um coletivo de vozes infantis, apresenta os riscos de cada sonho individual e aconselha escutar a sabedoria da experiência. Ao mesmo tempo, oferta a chave de uma possibilidade diferente: quando todos puderem sonhar como crianças (moradores, varredores e prefeito), a cidade poderá ser dos sonhos, com alameda verdes, a cidade dos amores.

A singular poesia dessa letra permite análises bem mais aprofundadas. Porém, para este texto, bastará que indique caminhos ao propor a união de sonhos, amores e verde. Essa foi a rota seguida pela proposta para o Parque Municipal da Brasilândia, elaborada em grupo¹, como atividade acadêmica da disciplina Espaços Livres Públicos Coletivos Urbanos, do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) no primeiro semestre de 2016. O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão individual sobre as divagações teóricas que permearam a produção das diretrizes, resultantes de debates do grupo de alunos e, particularmente, da equipe responsável pela proposta.

Os professores responsáveis pela disciplina, Catharina Lima e Eugênio Queiroga, que contou com a participação dos professores Caio Boucinhas e Sylvia Dobry, propuseram que a discussão dos conceitos teóricos fosse ancorada a um contexto específico, o distrito de Brasilândia, na zona norte da capital paulista, com foco no espaço desejado ao Parque Municipal da Brasilândia por organização de moradores. O termo ‘desejado’ se explica: oficialmente, apenas parte da área verde existente foi adquirida para a implantação do parque. Para o projeto, ousou-se inserir áreas adjacentes, contemplando as aspirações dos moradores da região.

A conexão entre a letra da canção de Chico Buarque e a disciplina se faz desde a escolha da área: Brasilândia é espaço de sonhos, palco da luta pelo estabelecimento

¹ Agradeço a gentileza dos colegas de equipe Carmem Procópio, Gabriela Albornoz, Gustavo Kerr, Marina Mello, Rafaela Izeli, Tatiana Francischini e Tiago Lourenzi, que permitiram o uso da proposta coletiva como base para este artigo, além das contribuições que prodigalizaram nas discussões em grupo.

de um parque em zona de área verde, esmeralda inserida em contexto de opostos complementares: altas densidades em relevo acidentado, com manchas de concentração de vegetação e um parque sem árvores. É também espaço de conflitos, com disputas entre demandas de direito à moradia como abrigo e o direito ao *habitat* como conjunto unificado dos espaços de vida.

A metodologia sugerida pelos professores reconhece que a intervenção deve iniciar-se pelo desvelar do território em suas categorias analíticas, o que inclui formas físicas, funções existentes, estrutura e principalmente processos (QUEIROGA, 2012), acompanhando o entendimento de Milton Santos (2012) sobre espaço: um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações em que um sistema só se concretiza através do outro. Qualquer subespaço inclui uma fração desses sistemas, cuja totalidade é o mundo.

A inserção desse posicionamento teórico se dá nas formas de conhecimento do espaço de intervenção, considerando que intervenções na paisagem são manifestações culturais no espaço produzidas como processo histórico de representações das relações sociais, materializando práticas e ideologias no espaço concreto local (LEITE, 1998, p. 81 *apud* QUEIROGA, 2012). Essa compreensão orienta não só o processo de aproximação da realidade, mas também as proposições elencadas, que associam intervenções nas estruturas físicas a partir de e combinadas com ações que permitem aos objetos resultantes sua inserção na realidade.

O tempo dedicado à proposta, um semestre letivo, é curto em face dos muitos desafios e contradições presentes em Brasilândia. Contudo, apesar disso, foram possíveis reflexões enriquecedoras para os participantes da disciplina. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de reflexão que originou as diretrizes projetuais, assumindo tratar-se de produto momentâneo de um processo que deveria se estender por mais tempo.

Para isso apresentam-se, de modo resumido: o resultado do esforço de aproximação da realidade local e os procedimentos utilizados nesses estudos; o diálogo questionador e seus posicionamentos teóricos sobre as percepções do lugar; as diretrizes e propostas nascidas dos debates, tal como compreendido o processo. Espera-se que, dessa forma, mesmo o que se sabe inconcluso possa ser significativo, considerando a fragilidade da dúvida como possibilidades de desenvolvimentos futuros.

UM PARQUE PARA O DISTRITO, UM DISTRITO PARA O PARQUE

A produção do espaço por projetos arquitetônicos (em sentido amplo, que inclui a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo) inicia-se a partir do conhecimento do lugar. A metodologia de coleta de informações envolve, porém, uma postura ideológica, indicando a postura referente aos destinatários do projeto.

O paradigma de projeto modernista, inicialmente orientado para a produção de respostas rápidas em territórios europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial, orienta-se pelo pragmatismo. O modelo adotado, de repetição para produção em

massa, torna os indivíduos unidades discretas, fragmentando e parcelando o social e o próprio indivíduo de tal forma, que o cidadão foi progressivamente substituído por um somatório de necessidades e carências que cumpria satisfazer de forma padronizada (MARTINS *et al.*, 1996), consumindo um espaço que lhe é imposto por uma racionalidade sistêmica, uma “cidade-conceito” (CERTEAU, 1998).

A fim de evitar esse processo, considerado uma indesejável alienação do indivíduo em relação ao seu espaço de vida, a equipe se propôs a reconhecer a realidade de Brasilândia em suas características unívocas, consideradas as relações dialéticas entre seus habitantes e o lugar. O processo de conhecimento do espaço de Brasilândia se deu em camadas sucessivamente combinadas: leituras, conversas, reflexões teóricas e, principalmente, a cartografia da realidade por meio de percursos a pé e de carro pelo espaço. É através de sentidos objetivos e subjetivos que se forma a imagem de Brasilândia e de possíveis significados do seu futuro parque municipal.

A importância da inserção dos pesquisadores no contexto se dá pela necessidade da aproximação de racionalidades, da lógica de quem projeta e daquele que habita o lugar. A estrutura da disciplina permitiu tal apropriação ao inserir em sua programação oportunidades de encontros com moradores e a construção de uma corpografia² própria – para que, ao invés de projetar uma representação do espaço impositiva, a proposta permitisse a qualificação dos espaços de representação conforme definições de Lefebvre (2006).

A adoção dessa postura – a partir de reflexão em equipe – indicou a necessidade de uma segunda visita complementar após a realização do primeiro seminário de equipes. O diálogo orientador do projeto será aqui apresentado através da inserção de conceitos teóricos ao longo da discussão da proposta. Acredita-se que essa forma permitirá melhor clareza na explicação do processo, sem prejuízo do entendimento.

BRASILÂNDIA NASCE E CRESCE

O distrito de Brasilândia nasce oficialmente em 1947, abrigando em distante periferia os forasteiros de São Paulo, sejam migrantes de outras paragens, sejam aqueles retirados de zonas centrais, pois a cidade oficial não os reconhecia como seus (DNA da Brasilândia, 2010). A construção do tecido urbano se dá à revelia de determinações oficiais, característica expressa nas morfologias construídas e nas características sociais presentes atualmente no bairro.

As estruturas físicas em Brasilândia demonstram uma contradição: a condição informal das apropriações irregulares é fruto do sistema socioeconômico, mas permite, ao mesmo tempo, o exercício da criatividade – que se perde na cidade formal, em seu urbanismo do espetáculo (JACQUES, 2008). A consolidação da periferia e a integração

² O termo ‘corpografia’, retirado de artigo homônimo, refere-se a um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas também configura o corpo de quem a experimenta (JACQUES, 2008).

deficitária da cidade são processos dialéticos, contrapondo as formas de mercantilização da terra urbana de forma incipiente à irregularidade das ocupações. Conforme Angileli (2012, p. 5), metade do distrito é ocupado por loteamentos irregulares e favelas, o que se traduz numa integração conflituosa com o restante da cidade.

A apropriação do espaço – de topografia acidentada, irrigada por córregos e riachos (situação aqui adversa num contexto de densidade crescente e pouco investimento público) e distante³ da cidade central – somente é possível por táticas criativas como formas de resistência. A adaptação de conhecimentos pretéritos e inovações, manejadas por indivíduos oriundos de grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e diferentes níveis de acesso à informação e poder de intervenção, produz outra(s) cultura(s) urbanas, outras formas de olhar – que Serpa (2007) denomina de culturas subdominantes, variações mais ou menos diferenciadas da cultura hegemônica que se impõem, com a combinação sempre diferenciada de uma cultura cada vez mais totalizante. São as resistências opacas de que fala Milton Santos (SANTOS, 1985).

Esse processo de transformação – reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, conforme conceito de Milton Santos apresentado por Queiroga (2012) – pode se dar de forma inconsciente ou consciente – o que Burke (2010) chama, respectivamente, de hibridização e tradução. De uma forma ou de outra, tal processo é transformado em herança para as novas gerações, orientando formas de compreensão do mundo a partir da relação dialética entre os sentidos e as formas espaciais, construídos pela deposição de camadas simbólicas sobre o espaço de vida, num processo cumulativo de ações cotidianas.

É esse processo cumulativo que permite a inteligibilidade do espaço de vida, que Assunto (2011) denominou de “temporalidade”: a inserção do momento (temporaneidades) vivido num tempo mais amplo, simultaneamente passado, presente e futuro. Sem esse processo, a cidade se torna espaço descarnado, sem enraizamento, com a perda da subjetividade e a criação dos espaços impessoais que caracterizam a “insensata megalópole industrial”, com impactos negativos nas crises ecológica, social e de política da civilização.

A permanência da ocupação consolida as estruturas a partir de suas características originais; a morfologia urbana do distrito é definida pela topografia. Os bairros delimitam-se com as linhas naturais de cumes e talvegues. As principais vias de estruturação estão em fundos de vale, como a avenida Deputado Cantídio Sampaio. O desenho do sistema viário ora acompanha a sinuosidade das curvas de níveis, ora as desafia em ladeiras e curvas tecnicamente questionáveis.

Uma ocupação orgânica que, ao mesmo tempo em que permite uma riqueza de perspectivas sempre decantada, produz espaços não inseridos na lógica de funcionamento dos sistemas urbanos, por ser conformada sem orientação técnica, perpetuando a exclusão. Um exemplo é o sistema de transporte público, cuja adaptação às vias

³ Importante entender que a condição de periferia não se estabelece em distâncias geométricas, mas pelo diferencial de oportunidades e serviços urbanos ao alcance das populações. Ver Queiroga (2012, p. 244).

exigiria a adoção de soluções específicas ao contexto. O sistema, porém, é padrão, e assim se verifica uma carência na oferta de transporte, concentrado, principalmente, nas grandes avenidas.

A fim de equacionar os problemas (de acessibilidade, infraestruturas, serviços) que surgem, soluções são autonomamente estabelecidas para atender à demanda que persiste. As quadras longas, mas estreitas, são interrompidas por escadarias, mais adequadas à redução de velocidade das águas da chuva que ao passo dos transeuntes. Apesar disso, pela ineficiência do sistema de transporte público e da situação socioeconômica dos moradores, que lhes impede a posse de veículos próprios, boa parte dos trajetos são efetuados a pé, com base dos dados do Metrô 2007.

Assim, apesar da sua geometria problemática, as escadarias (fotos 1, 2 e 3) são elementos morfológicos e estruturadores do tecido urbano, responsáveis pela redução dos percursos, promovendo, também, a conexão entre vias em diferentes níveis, internamente ao bairro. São, provavelmente, a principal característica do bairro, funcionando como espaços de circulação e encontro, do passar e do estar.

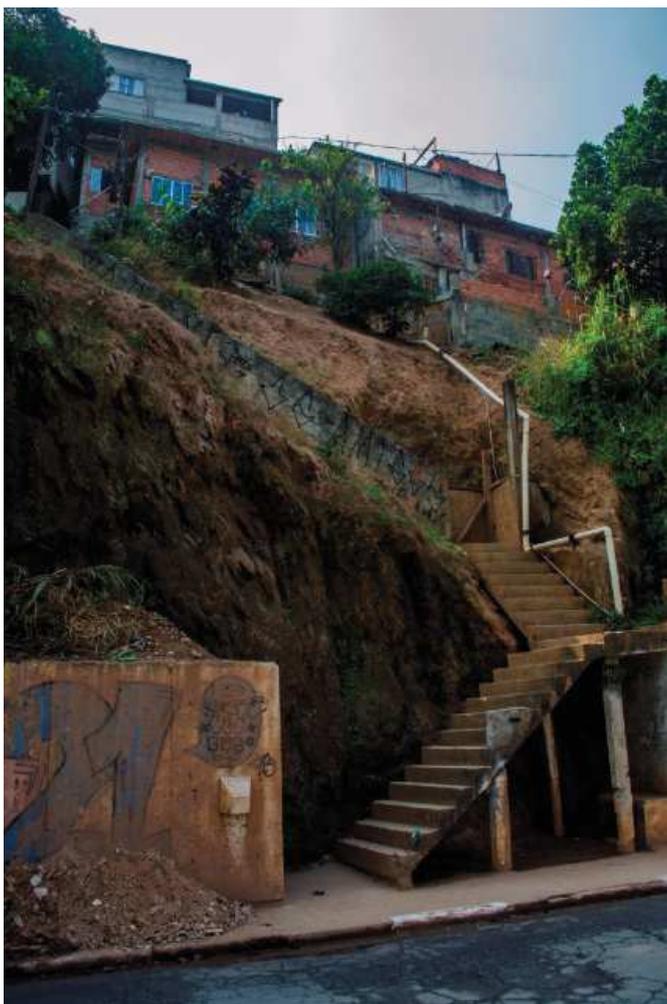


Foto 1 Exemplo de escadarias.
Fonte: Acervo da equipe, 2016.



Foto 2 Exemplo de escadarias.
Fonte: Acervo da equipe, 2016.

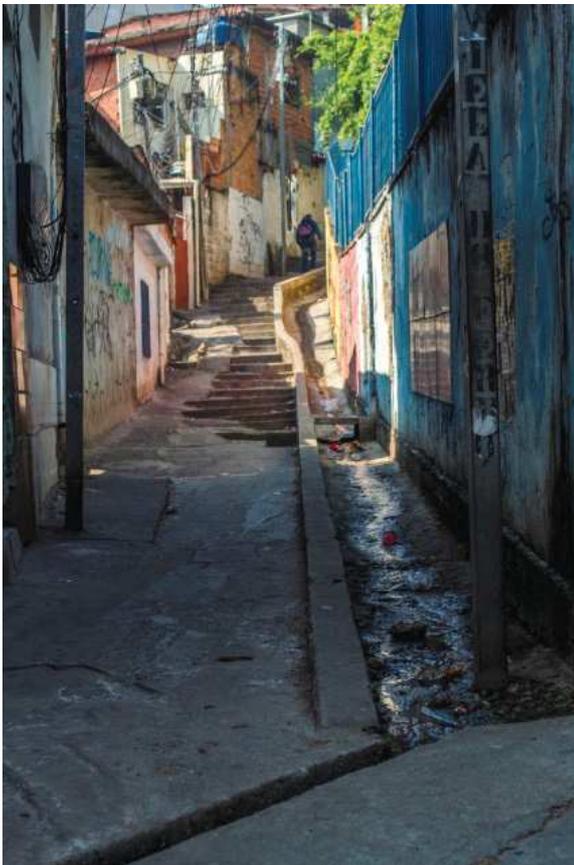


Foto 3 Exemplo de escadarias.
Fonte: Acervo da equipe, 2016.

Brasilândia é um dos distritos de maior densidade (GUSSON, 2014). Entretanto – e mesmo com seus limites naturais marcantes –, o distrito segue crescendo significativamente: 30 mil novos moradores somente entre 2000 e 2010 (ANGILELI, 2012). Esse processo reflete a “corrida pela sobrevivência nas cidades”, traduzida na cidade de São Paulo pelo crescimento significativamente concentrado nas fronteiras da periferia da cidade, que encontram nas práticas informais de apropriação da terra urbana seu principal meio de expansão (BASTOS, 2012). A consolidação do espaço urbano no bairro se dá *pari passu* à formação de novos núcleos de ocupação irregular, e, assim, o Parque Municipal da Brasilândia e o Parque Estadual da Cantareira estão ameaçados pelo avanço urbano.

Em vinte anos, entre 1991 e 2010, a partir do desmatamento de 31 hectares sobre a reserva do Parque Estadual da Serra da Cantareira, a pressão causada pelo crescimento populacional sobre os contingentes de espaços livres remanescentes se evidencia. De acordo com o documentário ‘Brasilândia, história do bairro/SP’ (2006), a última ocupação no distrito teria sido o Jardim Paraná, datada de 1994 (figura 1). No entanto, sabe-se que a partir de meados de 2005 a área atualmente delimitada como Parque Municipal da Brasilândia⁴ também passou a ser ocupada, recorrentemente, de forma irregular – com barracos, por populações em situação de vulnerabilidade social – o que tem gerado conflitos em diversos âmbitos (foto 4).

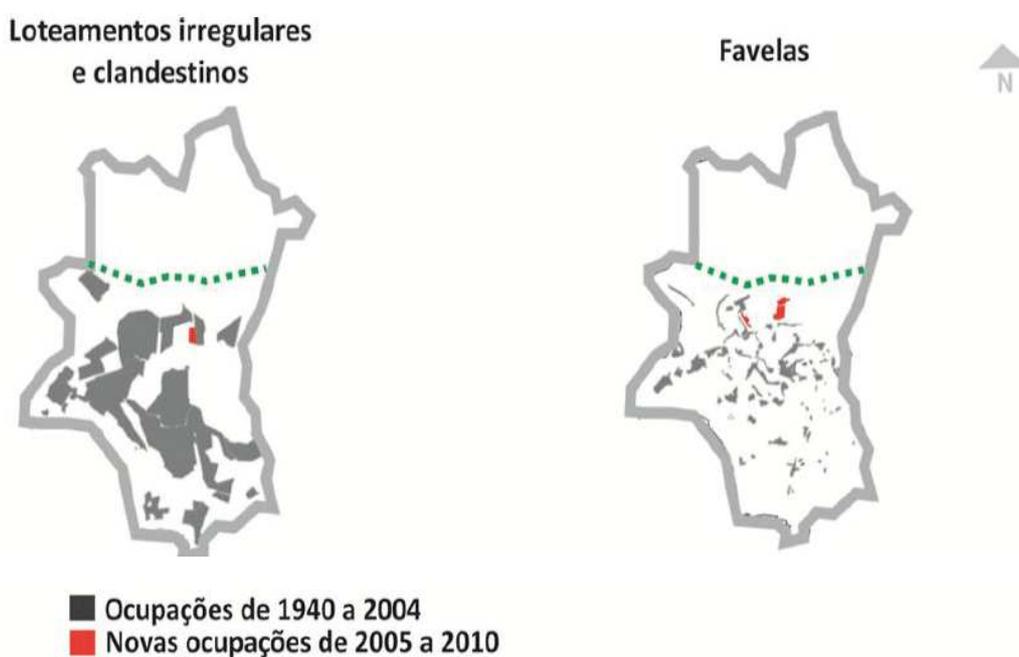


Figura 1 Loteamentos irregulares e clandestinos e favelas da Brasilândia entre 1940 e 2010.
Fonte: Angileli (2012, p. 294)

⁴ Conforme Art. 375 do Plano Diretor Estratégico (PDE) instituído na Lei 16.050/2014 (SÃO PAULO, 2014).



Foto 4 Ocupação espontânea da Área de Preservação Permanente (APP) urbana do parque da Brasilândia.
Fonte: Arquivo da equipe de trabalho, 2016.

Importante ressaltar que não só processos informais ocasionam conflitos entre espaços de proteção, especulação imobiliária e necessidade de moradia. Outro fator de risco para a região da reserva – tanto ambiental como social – é a obra do trecho norte do rodovial Mario Covas, que começou a ser construído em 2012, após pelo menos oito anos de polêmica entre moradores, ambientalistas e poder público. A área constitui-se como um espaço urbano cercado de diversos interesses e fragilidades, tornando-a objeto frequente de discussões no meio acadêmico e na sociedade – que resultam, muitas vezes, em processos jurídicos. A seguir, apresenta-se um quadro resumo dos principais conflitos socioambientais da Brasilândia, relacionados por área de proteção (quadro 1).

Quadro 1 Espacialização dos conflitos socioambientais da Brasilândia

ÁREAS ESPECIAIS	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
ZEIS - 1	Fragmentação do ecossistema (Parque da Brasilândia versus Parque Estadual da Cantareira). Falta de qualificação das bordas dos parques; falta de acessibilidade física; erosão do solo; pressão imobiliária.
ZEPAM	Ocupação irregular e degradação da área decorrente do uso indevido dos recursos naturais.
PARQUE MUNICIPAL DA BRASILÂNDIA	Ocupação irregular e degradação da área decorrente do uso indevido dos recursos naturais; pressão imobiliária.

Fonte: Elaborado pela equipe de trabalho, 2016.

MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ESFERAS PÚBLICAS

A leitura de dados censitários permite caracterizar a população local como predominantemente jovem, com poucos recursos financeiros e pouco acesso a equipamentos públicos de cultura, saúde, esporte e lazer, e condicionada à oferta de educação pública. Apesar da reduzida oferta de espaços que abriguem convenientemente as espacialidades da esfera pública geral⁵, observa-se uma intensa atividade que se poderia caracterizar como “esfera pública popular”⁶, talvez estimulada pela precariedade de oferta institucional. Nestes espaços, é possível identificar os resultados da mobilização da própria população.

A necessidade histórica de lutar para obter acesso aos serviços públicos resultou em vários grupos de articulação e organização comunitária. Uma mensagem postada na rede social Facebook por um participante do grupo Nossa Organização Social no Fundão da Brasilândia (NÓS na BRASA) em 5 de junho de 2016, ilustra bem a intensidade dessa articulação:

É fundamental a união, sempre colocando o interesse público, acima do particular e nunca esquecer de valorizar as lideranças locais que entendem quais as necessidades da comunidade como já frisado na abertura da Ação Integrada da prefeitura no bairro acontecido no Elisa Maria: ‘É do meio do povo que surgem seus verdadeiros heróis e aqueles que sabem do que o povo precisa, portanto, senhores administradores públicos, mãos à obra, pois em cada bairro, em cada rua, em cada favela, em cada viela, há uma liderança local que deve ser ouvida e a solução dos problemas apontados será o sucesso do governo’.

Por intermédio de táticas que unem soluções para problemas individuais, como a construção em terrenos de declividade, passando por iniciativas para problemas comuns, como as escadarias de acesso, até a luta por espaços livres de qualidade, que já configuram uma proposta de maior cidadania para os moradores do bairro, é possível ler no bairro a “criatividade cotidiana” decantada por Certeau (1997), por meio da qual as ações dos habitantes “corrigem” o espaço ofertado. Ainda que não seja resultado direto de intervenções planejadas no espaço, é a lógica da “Cidade-conceito” que produz a informalidade, ao estabelecer índices e formas de ocupação do espaço urbano desconectados da realidade local, resultando na exclusão da maioria da população.

Apesar disso, corre-se o risco de repetir nesses processos as problemáticas identificadas por Ermínia Maricato (2007) nos processos participativos⁷. A necessidade

⁵ Queiroga define como esfera pública geral como toda a vida em público, de maneira ampla, incluindo suas manifestações em espaços de acesso e visibilidade públicos, sejam eles propriedades públicas ou privadas (QUEIROGA, 2012).

⁶ Queiroga (2012, p. 54).

⁷ Conforme reflexão durante a 3ª Conferência Nacional das Cidades, publicada sob o nome “Nunca fomos tão participativos”.

de ampliar os espaços de copresença, através do reconhecimento de alteridades e desejos comuns, conformando uma visão mais ampla da realidade, é necessária para escapar das armadilhas de particularização de lutas ou da disputa pelo atendimento de demandas individuais, com prejuízo de objetivos que demandariam esforço conjunto da população.

A necessidade de espaços qualificados de convivência é, assim, elemento base para o fomento da densidade comunicacional⁸, pois somente por meio da compreensão compartilhada é que “[...] posso assumir, com maior ou menor certeza, dentro da realidade diretamente vivida (experimentada) [...]”, que aquilo que é visto é o mesmo, e o mesmo em todas as perspectivas possíveis (SANTOS, 2012, p. 160-161). Somente através da comunicação se estabelece a verdade.

É sobre esse pano de fundo que se desenvolve a luta pelo Parque Municipal da Brasilândia. O desejo de um parque demonstra a consciência de direitos de cidadania para além das necessidades básicas de subsistência. O caminhar pelo distrito, a conversa com moradores e a análise do espaço permitiram entrever um desejo: mais que um parque, uma convivência digna com o urbano. Num espaço onde a carência de equipamentos se evidencia, revelam-se, também, outras formas de relação homem-espaço, calcadas em apropriações e significações diferenciadas, específicas do lugar.

O PARQUE MUNICIPAL DA BRASILÂNDIA: ENTRE SONHOS E REALIDADE

O terreno definido pela população situa-se num espaço de aproximadamente 500 mil km², distribuídos entre os distritos da Brasilândia e da Freguesia do Ó. Cerca de dois terços foram adquiridos pela prefeitura, mas encontram-se em juízo. Representa um dos mais significativos remanescentes de espaço verde na região, visto que a ocupação dos bairros do distrito ocorreu de forma intensa a partir da década de 1990, com construções muito adensadas, restando poucos espaços livres próprios para lazer e convivência – pois os contingentes ainda existentes, em sua maioria, constituem áreas ambientalmente sensíveis, que só poderiam ser ocupadas por usos compatíveis com os interesses de proteção.

O futuro parque abriga cinco nascentes de água, formações de cachoeira, planícies com potencial de mirante e diversos espécimes da fauna e flora. A área de estudo e o seu entorno imediato se inserem em um contexto urbano conflituoso, que envolve,

⁸ Santos (2012, p. 160, grifo do autor) apresenta que os territórios se caracterizariam pela densidade técnica, densidade informacional e densidade comunicacional. A densidade técnica é dada pelos diversos graus de artifício de transformação da natureza em ‘objetos técnicos maduros’, de maior docilidade aos desejos humanos. A densidade informacional informa sobre o grau de exterioridade do lugar, uma intervenção vertical, a serviço de setores e atores específicos. A densidade comunicacional, por sua vez, resulta do tempo plural do cotidiano compartilhado, o tempo conflitual da copresença, o espaço banal do acontecer solidário, homólogo ou complementar, criador da solidariedade e da interdependência obrigatória.

entre outras restrições, a presença de zonas definidas como protegidas ambientalmente⁹ (Zepam) e de interesse social (ZEIS-1), além de apresentarem conflitos relacionados à especulação imobiliária (figura 2), o que reforça a necessidade de planejamento da ocupação da área.

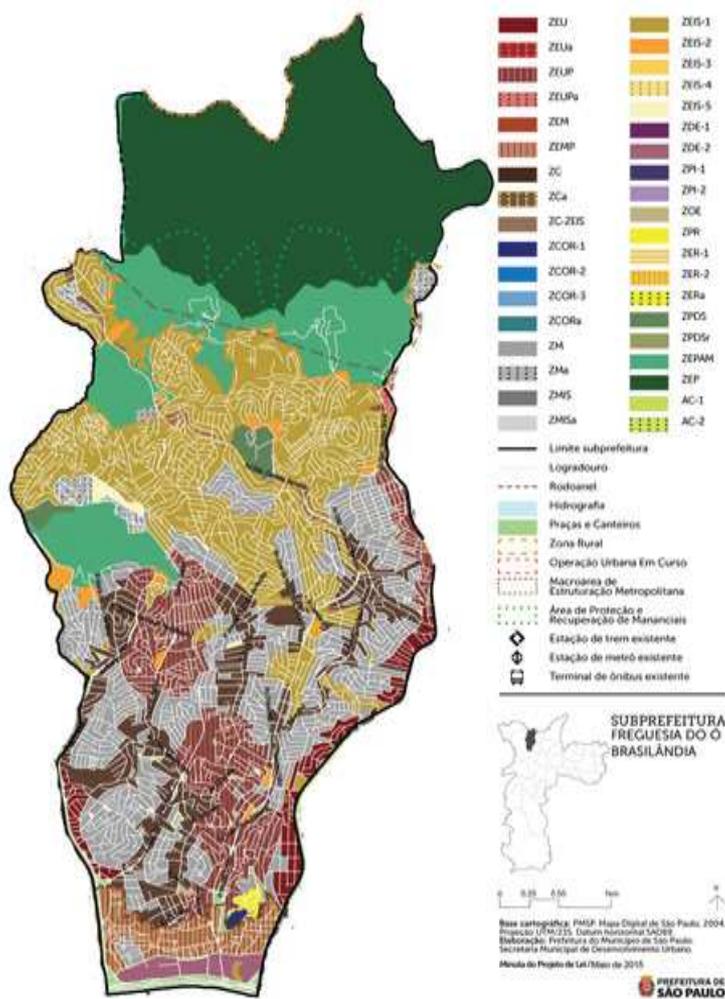


Figura 2 Delimitação das Áreas Especiais da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. Disponível em: <http://www.paulofrange.com.br/site/images/Freguesia_Mapa.jpg>. Acesso em: mai. 2016.

Os moradores do entorno, reunidos em grupos como o Movimento Ousadia Popular, o Movimento em Defesa do Parque Municipal da Brasilândia e a Associação Cantareira, reivindicam a criação do parque desde 2002. No entanto, ainda que a atual gestão da prefeitura estime sua implantação até o final de 2016, desafios como a presença de uma ocupação irregular com aproximadamente 1.400 famílias, a poluição da água e o lixo acumulado, entre outros problemas, requerem que a população continue militando e se articulando com novos atores sociais para assegurar a concretização do parque.

⁹ A área do parque da Brasilândia foi definida como Zona de Proteção Ambiental (ZPA) desde 2002. Posteriormente, sua proteção foi reforçada nas revisões dos Planos Diretores Estratégicos (PDEs) subsequentes.

Sua importância se revela nos muitos olhares voltados sobre si. A topografia do distrito transforma os assentamentos em arquibancadas, de cujas varandas e lajes de cobertura se desvela o parque. Possivelmente, uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos, condicionados pelas necessidades de ocupação de um espaço de declividade acentuada, seja a razão dessa forte presença de um desejo de paisagem e de parque, revelada a partir da presença de bancos nas “lajes-mirantes” das residências (fotos 5 e 6).



Foto 5 Lajes e sacadas das moradias do Jardim Damasceno voltadas para o parque do Canivete e o Parque Municipal da Brasilândia.

Fonte: Arquivo do grupo dos alunos de pós-graduação da FAUUSP, 2016.



Foto 6 Um mirante no telhado voltado para o parque do Canivete.

Fonte: Arquivo da equipe de trabalho, 2016.

A PROPOSTA SE ESTRUTURA: RACIONALIDADE E FRUIÇÃO COTIDIANA

É esse o indício utilizado para a proposta de expansão do parque para além de seus limites atuais. O Parque Municipal da Brasilândia deve permitir aquilo que primordialmente é atributo do parque: um espaço de fruição da paisagem através do passear (QUEIROGA, 2012). Mas, no contexto específico de Brasilândia, ele pode ser mais. Pode tornar-se elemento estruturante do bairro, transformando-se em parte de um cotidiano mais rico e digno para seus experienciadores.

Para isso é preciso convidar ao parque, num movimento de expansão deste ao cotidiano e que atraia o cotidiano para si. O uso de conceitos oriundos da infraestrutura verde orientou a proposta no sentido da criação de paisagens urbanas que “[...] mimetizem funções ecológicas e hidrológicas dos ambientes naturais [...]”, servindo à drenagem urbana e a soluções de mobilidade, acesso, conforto ambiental, lazer e imagem local (BONZI, 2015, p. 42). É assim que se explicam as diretrizes traçadas, que procuram os eixos lineares que conectam os pontos diversos do distrito: córregos, vias, escadarias, que se estendem em rede pela fração de estudo (figura 3). Ao mesmo tempo, é preciso que o parque possua as características de um espaço verdadeiramente público, um espaço amável aos seus cidadãos.



Figura 3 Síntese da leitura do lugar: espaço de encontro de muitas linhas de conexão, existentes e potenciais, pontuado por manchas verdes através do tecido construído extremamente adensado. Em destaque, o corredor viário da avenida Cantídio Sampaio (em rosa), a hidrografia aparente (em azul e verde), o linhão (em vermelho), o parque do Canivete (em laranja), o eixo do córrego Corumbé (canalizado, em verde musgo) e potenciais conexões verdes entre as ilhas de vegetação. Os pontos amarelos e verdes representam, respectivamente, os equipamentos educacionais e de saúde, cujas conexões potenciais são apresentadas pelas setas tracejadas vermelhas. O círculo vermelho realça o espaço considerado pela equipe como de maior interesse, devido à conjunção de grande número de elementos destacados na análise.

Fonte: Arquivo da equipe de trabalho, 2016.

Surge, assim, o primeiro conceito da proposta: o parque deve ser presente – sempre. Deve fazer parte da experiência na Brasilândia: do cotidiano, das memórias, das vidas.

Situado no coração do distrito, deve habitar também o coração de seus moradores. É verdade que, graças à sua topografia e à forma dos assentamentos, é visível de praticamente todos os seus pontos. Porém, a simples visibilidade não é suficiente.

O parque não pode ser mais um dos espaços cenográficos feitos para consumo dos olhos, que caracterizam tantas intervenções urbanas contemporâneas. Na verdade, sua localização na cidade já o distancia desse risco. Mas para que viva no ritmo dos cidadãos, precisa ter o ritmo lento que caracteriza o deslocamento no bairro; precisa ser percorrido e inscrever-se na corpografia de seus experienciadores.

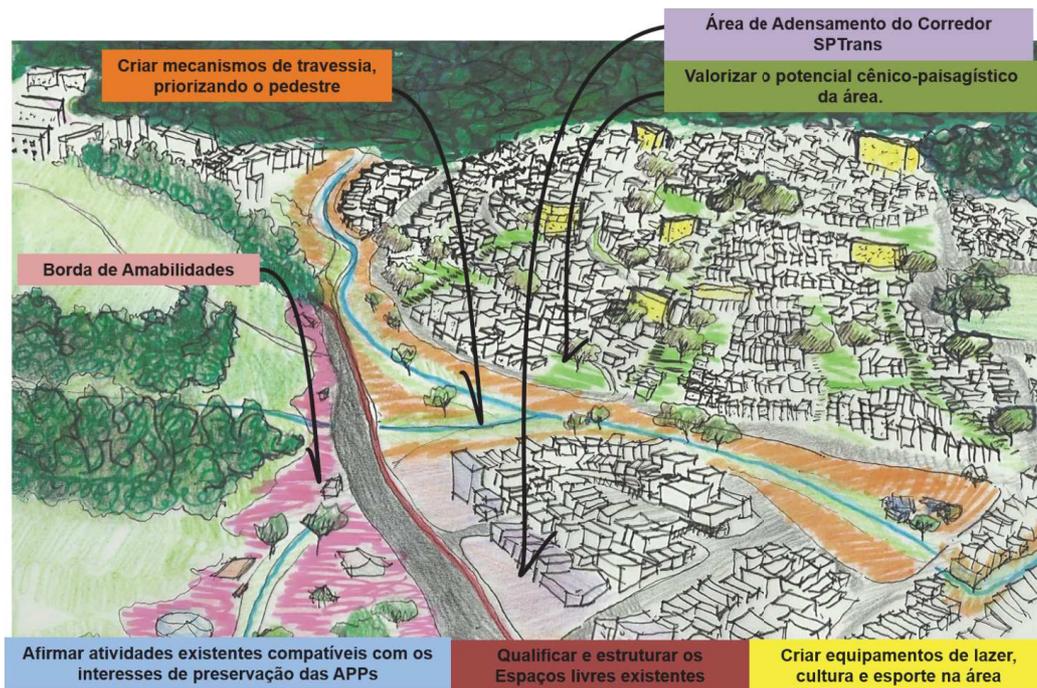


Figura 4 Aplicação das diretrizes sobre o recorte escolhido para detalhamento da proposta, incluindo a relação entre o novo e o existente, e disposição da Borda de Amabilidades.
Fonte: Arquivo da equipe de trabalho, 2016.

Uma consideração importante para a viabilidade dessa transformação das relações humanas é a internalização de significados a partir das intervenções no espaço físico. A base teórica em que se apoia essa proposição é a noção de “apreciação estética ambiental”, desenvolvida por Arnold Berleant (2011). Conforme o autor, ao discorrer sobre a apreciação estética ambiental por ele proposta¹⁰: “Os valores no nosso ambiente

¹⁰ O autor defende a importância da preocupação com o bem-estar humano e a satisfação intrínseca que provém como resultado de experiências estéticas positivas, que, se estão presentes na arte, são mais nítidos no meio ambiente (tratado como aquilo que envolve o homem, parte do homem que se conforma fora de seu corpo). Sobre a importância do aspecto positivo dessas experiências Berleant diz: “Logo, as coisas que fazemos fazem-nos a nós. [...] Dentro e fora, consciência e mundo, seres humanos e processos naturais não são pares de opostos, mas aspectos da mesma coisa: a unidade do ambiente humano.” (BERLEANT, 1997, p. 11).

expandem-se quando alargamos a nossa sensibilidade e atenção e já não restringimos a apreciação a ocasiões especiais.” (BERLEANT, 2011, p. 11).

Como seria, então, essa experiência estética ambiental no cotidiano de Brasilândia? Como se apreenderia o meio ambiente pela percepção subjetiva a partir, por exemplo, das escadarias? Essas inquietações surgiram na medida em que buscou olhar as possibilidades paisagísticas do bairro a partir da posição de quem o habita. Em respeito a tal sensibilidade, será adotado o privilégio da experiência¹¹ do lugar para as reflexões e propostas deste trabalho, proporcionando uma adequada interação entre atividades, espaços e experienciadores do lugar.

A decisão do aproveitamento das estruturas existentes é fruto de uma postura de racionalização das intervenções e respeito à história do lugar. A implantação de um parque em região não central, na maioria das vezes não configura prioridade da agenda política das administrações públicas. A possibilidade de implementação em etapas e a estruturação de propostas razoáveis foram as diretrizes adotadas, ressaltadas as intervenções necessárias para a qualificação do lugar a padrões técnicos admissíveis.

Entretanto, essa postura não significa a produção exclusiva de soluções padrão e sem inovação técnica. Ao contrário, em consideração às próprias características do espaço, existem ricas possibilidades de diálogo entre academia e comunidade, com troca de saberes que fortalecem a conscientização relativa aos campos da ecologia e da cidadania, superando a formação da cidadania incompleta – que caracteriza o processo civilizatório brasileiro. Esse tipo de intervenção é denominado por Ahern e Pellegrino (2012) de adaptativos da paisagem.

Essa oportunidade foi enriquecida pela inserção de estudantes de instituições locais e favorecida pela existência de um curso de Meio Ambiente na Escola Técnica Estadual Paulistano, que permitiu a transformação do projeto em laboratório aberto à criatividade e inovação, a partir da aplicação de princípios ecológicos e soluções oriundas de pesquisas desenvolvidas na área, e do monitoramento e análise para a produção de conhecimentos a serem aplicados em futuras intervenções.

CONSOLIDAÇÃO DE DIRETRIZES: BRASILÂNDIA DE REDES E CAMADAS

Os seminários de análise e as trocas entre as equipes revelaram um espaço complexo, estruturado em redes (contínuas e descontinuas) e composto por muitas camadas. A existência da rede hidrográfica (à mostra ou canalizada) inspirou uma solução que

¹¹ O uso do termo ‘experiência’ se dá a partir da compreensão apresentada por Serpa (2007) sobre o pensamento de Walter Benjamin, como percepções mescladas das sensações da vivência e das impressões das memórias individual e coletiva – e, portanto, mais enriquecedoras da vida humana – em oposição à ‘vivência’, cuja fugacidade e objetividade fomentariam a alienação entre o cidadão e seu espaço de vida. A escolha do termo ‘experienciadores’, em substituição ao tradicional ‘usuário’, indica o reconhecimento de seu papel de agente participante da própria paisagem, em crítica a uma visão funcionalista do planejamento urbano, que subdivide os cidadãos segundo classes, com necessidades e papéis específicos e que lhes nega a cocriação de seu espaço de vida (CARVALHO; NETTO, 2011).

explorava os elementos lineares para a tessitura de uma rede de entrelaçamento dos muitos caminhos e interesses que compõem Brasilândia.

A expansão a partir do parque conformaria uma rede de lugares públicos, adotando-se a definição de Queiroga (2012), de “lugar público” todo aquele em que se estabelece a esfera pública – geral ou estrita –, independentemente de tratar-se de propriedade(s) pública(s) ou privada(s). Para efeito da proposta no âmbito da disciplina, considerou-se como pontos nodais – pela sua simbologia e presença no cotidiano dos experientadores de Brasilândia – as escolas e equipamentos públicos existentes. Pensou-se em unir os elementos dispostos pela razão sistêmica do estado à razão comunicativa a ser fortalecida pelas intervenções. A determinação dos pontos nodais exigiria, para sua efetiva implementação, estudo cuidadoso e participativo sobre as potencialidades locais, levando em consideração o uso potencial e as práticas de espaços potenciais já consagradas pelo cotidiano (fotos 7 e 8).

Pode-se dizer que a materialidade do lugar orientou o projeto, que ousou propor uma alternativa ao conceito de espaço em rede como espaço hierárquico de densidade informacional. Pensou-se na conexão das relações horizontais originadas de pontos de interesse referendados a partir do olhar local, permitindo sonhar com mudança de direção das verticalidades (conforme entendimento de Milton Santos, 2012), ao invés de impostas de cima para baixo, de um espaço abstrato para o lugar, uma resposta de baixo para cima das resistências locais.

As intervenções se dariam primordialmente nos espaços públicos, com a busca da ampliação das áreas verdes. Devido à intensa densidade construtiva do distrito, definiu-se a utilização de tipologias de infraestrutura paisagística chamadas de ‘infra-estrutura verde’¹². Isso permitiu a adoção de uma gradação de reinserção da natureza no cotidiano do bairro, desde o jardim dos espaços privados até os elementos de maior significado ecológico, como a própria área do parque.

Esse tipo de manejo enquadra-se nos moldes do *Low Impact Development (LID)*, ou Desenvolvimento de Baixo Impacto. Enquanto as técnicas convencionais de manejo das águas de chuva concentram-se apenas na redução das vazões de pico para prevenção de enchentes, as práticas do LID procuram reduzir o volume escoado através de sistemas de biorretenção¹³ e infiltração, que mimetizam as condições pré-urbanas, promovem o incremento de áreas naturalizadas e removem nutrientes, metais e patogênicos.

Os caminhos das águas, em especial os córregos e suas margens, representam elementos estruturadores da proposta. O parque do Canivete foi objeto de estudo e aprendizado, com propostas específicas e análise de procedimentos. As dificuldades de

¹² Tipologias de projetos paisagísticos – como jardins de chuva, biovaletas e grades verdes – às quais fazem parte dessa abordagem, que incorpora tais funções aos espaços abertos urbanos ao adotar tecnologias de alto desempenho, que emulam e adaptam aos projetos, os processos e ciclos ocorridos na natureza. Ver Cormier; Pellegrino (2008).

¹³ Soluções mais naturalizadas de drenagem pluvial em que uma matriz orgânica, composta geralmente por solo, três preenchimentos inertes, manta geotêxtil e vegetação, apresenta papel fundamental entre as etapas de tratamento inicial dos escoamentos, envolvendo sedimentação, filtração, absorção e ação biológica. Ver Becker (2014).

implementação do equipamento, a rejeição às grandes remoções, os relatos de subutilização e sugestões de melhorias, juntamente à carência de espaços e equipamentos públicos, fez nascer o conceito de Borda de Amabilidades, a partir de uma reinterpretação da noção de “amabilidade urbana”, apresentada por Fontes (2012). Conforme a autora, é “[...] a qualidade que surge da articulação entre as características físicas do lugar, as intervenções temporárias que ocorrem sobre este espaço e as pessoas que o utilizam e se conectam, sendo um conceito formado, portanto, pelas dimensões física, temporal e social (FONTES, 2012, p. 70).



Foto 7 Potencialidade e reapropriações na avenida Manoel Bolívar.
Fonte: Arquivo da equipe de trabalho, 2016.



Foto 8 Potencialidade e reapropriações no Jardim Corumbé.
Fonte: Arquivo da equipe de trabalho, 2016.

A arquiteta faz referência, em seu trabalho, principalmente a intervenções efêmeras em espaços urbanos. Para a Brasilândia, o conceito de amabilidade urbana se expande, utilizado em duas vertentes. A primeira atuaria na consolidação de espaços existentes (requalificados ou não), inspirando-se em propostas oriundas de referências pesquisadas: o cine-degrau, vieladas culturais, intervenções de grupos artísticos locais e outras, que ajudassem a ressignificar a cidade e criar a triangulação mencionada por Fontes (2012) – entre um evento que, inesperado, auxiliasse a criar novas conexões entre os que vivem aquela experiência, utilizando como suporte um espaço potencialmente atraente. Cria-se, assim, um “espaço amável”.

A segunda vertente seria criar uma camada entre a cidade e o espaço natural, uma zona de transição, uma Borda de Amabilidades. A ideia seria apropriar-se da lógica das zonas de proteção e trabalhar em apropriações graduais que permitissem a convivência razoável entre os diversos interesses. Para isso, ao redor do parque, em uma faixa de largura variável, seria estabelecida uma sequência de espaços públicos, de usos definidos a partir das vocações do lugar enquanto espaço físico e espaço social. A ideia, oriunda do próprio desenho do terreno, é que todo o entorno do parque tenha sua atratividade, uma faixa de pracialidades que o insira no cotidiano e sancionaria sua presença com uma distribuição equitativa dos equipamentos. À medida que se adentrasse o parque, os usos se tornariam diferentes e adequados à preservação das espécies existentes e porvir.

DIRETRIZES GERAIS DE INTERVENÇÃO

A partir dessas noções gerais, iniciou-se o processo de criação de diretrizes, apresentado a seguir:

- favorecer a sustentabilidade ambiental buscando o equilíbrio entre as novas funções propostas para a área e os ecossistemas naturais existentes;
- qualificar e estruturar os espaços livres existentes, de modo a garantir o seu uso e apropriação;
- criar equipamentos de lazer, cultura e esporte na área, considerando as suas fragilidades ambientais, potencialidades cênicas, atividades já praticadas e reivindicações dos seus experienciadores;
- afirmar o desenvolvimento de atividades existentes na área que seja compatível com os interesses de preservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- valorizar o potencial cênico-paisagístico da área;
- criar corredores verdes para a garantia do fluxo biótico entre as massas verdes (serra da Cantareira e parques);
- favorecer a permeabilidade e acessibilidade no tecido urbano;
- criar novos mecanismos de travessia da via para pedestres através do controle de velocidade em alguns trechos e da locação de faixas de pedestre;
- reestruturar os sistemas de infraestrutura urbana de saneamento e resíduos sólidos;

- priorizar a instalação de equipamentos que não interfiram negativamente nos processos de drenagem do solo para evitar a intensificação de processos erosivos e desastres ambientais.

Essas diretrizes foram trabalhadas para aplicação, de forma mais específica, em seis eixos principais, relacionados aos elementos de conexão e fortalecimento interno do distrito.

CÓRREGOS (BORDAS)

A proposta prevê o tratamento dos córregos de forma a reintegrá-los na vida cotidiana da população. Para isso será necessário o tratamento da água através de microsistemas de tratamento a serem estudados caso a caso. Além disso, propõe-se a renaturalização do córrego do Corumbé, provendo adequada urbanização de seu entorno. Para os demais cursos d'água estão previstos parques lineares nas bordas generosas, cuja implantação deverá ser sensível aos usos e edificações existentes, evitando realocações desnecessárias. Finalmente, a proposta é criar transposições dos cursos d'água para os diversos modais de deslocamento, permitindo uma convivência mais cordial com a hidrografia (foto 9 e figura 5).



Foto 9 e figura 5 Proposta para ocupação de margem de córregos.
Fonte: Elaborada pela equipe de trabalho, 2016.

CONEXÕES URBANAS: ESCADARIAS, RAMPAS E DEMAIS MECANISMOS DE ACESSIBILIDADE

As escadarias representam elemento marcante do cotidiano do bairro. A proposta pretende ressignificá-las, requalificando seu desenho, expandindo seu significado funcional para pontos de valorização do espaço. Para isso deverão assumir seu papel de via urbana, com desenho adequado e instalação de infraestrutura básica. Também cumprirão importante papel na expansão do espaço público de convivência disponível, interligando-se por meio das vias locais e criando mirantes em pontos estratégicos (foto 10 e figura 6).

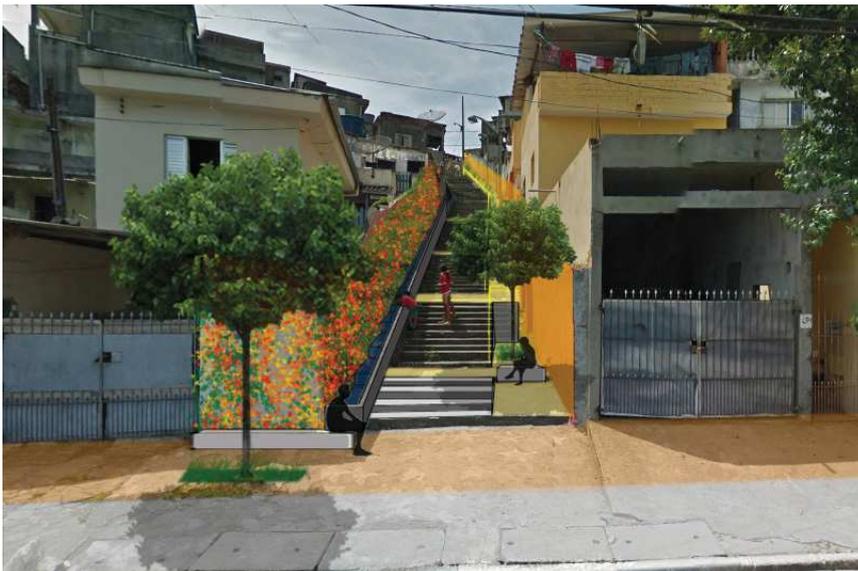


Foto 10 e figura 6 Proposta para as escadarias.
Fonte: Elaborada pela equipe de trabalho, 2016.

CANTEIROS E *DELAISSÉS*: RESÍDUOS DOS LOTEAMENTOS/ OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS

A proposta prevê a inserção dos espaços residuais existentes no Sistema de Espaços Livres (SEL) da Brasilândia de forma qualificada, com reestruturação dos canteiros e *delaissés*, e outros espaços potenciais, para o incentivo às 'pracialidades'. Essa será uma forma de garantir áreas de respiro e conforto ambiental para os moradores, ao mesmo tempo em que fortalece a presença do parque no cotidiano. Para isso será necessário o mapeamento das áreas residuais livres (foto 11 e figura 7).



Foto 11 e figura 7 Proposta para áreas de *Delaissés*.
Fonte: Elaborada pela equipe de trabalho, 2016.

PARQUES: BRASILÂNDIA E CANIVETE

Neste eixo, propõe-se atender à demanda de uma população predominantemente jovem e carente de equipamentos públicos esportivos, culturais e áreas de lazer. Para isso retoma-se o conceito da Amabilidade Urbana em suas duas vertentes. A primeira será a implementação de uma faixa de largura variável, em que se sucederão equipamentos públicos e espaços livres para apropriações diversas, de usos definidos a partir das vocações do lugar enquanto espaço físico e espaço social; a segunda, o estímulo às ressignificações, através de programações e intervenções efêmeras. Esses espaços estariam conectados entre si fisicamente por meio dos 'corredores verdes' das áreas livres públicas entre os parques e equipamentos significativos, como o Centro Educacional Unificado – CEU Paz (foto 12 e figura 8).



Foto 12 e figura 8 Proposta para o parque da Brasília.
Fonte: Elaborada pela equipe de trabalho, 2016.

VIAS

Em continuidade ao tratamento das áreas residuais para qualificação do Sistema de Espaços Livres Públicos (SELP) da Brasilândia, também as vias serão reestruturadas tanto para melhor adequação dos diversos modais de deslocamento quanto paisagisticamente. Para isso especial atenção será dada aos passeios, priorizando a escala do pedestre e dos transportes não motorizados através, por exemplo, da instalação de mecanismos de redução de velocidade, alargamento das calçadas e implementação de ciclofaixas (foto13 e figura 9).



Foto 13 e figura 9 Proposta para as vias verdes de Brasilândia.
Fonte: Elaborada pela equipe de trabalho, 2016.

LINHÃO

O Linhão surge como elemento estruturador do tecido urbano da Brasilândia. O potencial que representa como conexão será aproveitado para a qualificação de mais uma área livre pública linear existente. Para isso são sugeridos usos compatíveis com a legislação existente, como espaços para ciclovias e hortas urbanas (foto 14 e figura 10).



Foto 14 e figura 10 Proposta para o parque do Linhão.
Fonte: Elaborada pela equipe de trabalho, 2016.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A produção da proposta para o Parque Municipal da Brasilândia se estabeleceu como um exercício de diálogo cuja conclusão não se encerra com as propostas es-

boçadas. A discussão permanece em aberto, com a necessidade de refinamento de leituras e propostas. Contudo, a riqueza da troca num período tão breve é inspiradora de esperança e questionamentos.

O programa da disciplina, ao propor momentos frequentes de diálogo entre alunos, professores, moradores e ativistas – e, não menos importante, com o lugar –, permite questionar se não seria necessária a inserção de mais momentos como esses na formação de profissionais no contexto acadêmico.

Importante lembrar o papel da academia na exercitação da capacidade crítica enriquecedora do conhecimento (LIMA, QUEIROGA, GONÇALVES, 2007). É preciso sempre a reflexão entre teoria e prática para o crescimento da disciplina. Se a universidade, enquanto espaço de produção e reprodução do conhecimento, não se dispõe à troca de saberes do exercício prático, corre-se o risco da produção de ideologias – enquanto teorias desenraizadas da realidade.

A importância de estar no contexto e ler aquilo que se expressa de muitas formas (pois é mudo todo aquele que só comunica com palavras, avisa Candeia na música 'Filosofia do samba' (1971) está na transformação do olhar técnico. O esforço de olhar com outros olhos, a partir de pontos de vista diversos, de dialogar em busca de consensos que criem uma razão comum, é bem-vindo, em especial, num campo de atuação como o da arquitetura, que exige sempre a revisão a partir do lugar. A produção arquitetônica não é tecnicismo puro, exigindo a subjetividade sensível para a compreensão da solução mais adequada.

Em vista disso, a proposta para Brasilândia não tratou apenas da reestruturação de um espaço da cidade de São Paulo, mas, e principalmente, da reformulação de valores e olhares, como sempre se dá quando se permite a experiência do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHERN, J.; PELLEGRINO, P. R. M. Green infrastructure: performance, appearance, economy and working method. In: SYMPOSIUM DESIGNING NATURE AS INFRASTRUCTURE, 2012, Munique. In: **Designing nature as infrastructure**. Munique: TUM Graduate School, 2012, p. 181-194.

ANGILELI, C. M. M. **Chão**. 259 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANGILELI, C. M. M.; SANDEVILLE JR., E. **Uma experiência de estudo colaborativo de paisagens na Brasilândia, SP**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/77865/81840>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ASSUNTO, R. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, A. V (Coord). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BASTOS, R. **Economia política do imobiliário: o programa Minha Casa Minha Vida e o preço da terra urbana no Brasil**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2012.

BERLEANT, A. Estética. In: SERRÃO, A. V (Coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BONZI, R. **Andar sobre Água Preta: a aplicação de infraestrutura verde em áreas densamente urbanizadas**. 2015 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- BUARQUE, Francisco. A cidade ideal. Intérpretes: Nara Leão, Miúcha, Ruy Faria e Magro. In.: **Os Saltimbancos**. Phillips Records. Rio de Janeiro, 1977.
- BURKE, P. **Hibridismo cultural**. Madrid: Akal Ediciones, 2010.
- CANDEIA FILHO, A. Filosofia do Samba. Intérprete: Candeia. In: **Raiz**. Rio de Janeiro, Equipe, 1971. Faixa 02.
- CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. São Paulo: Vozes, 1998.
- COMPANHIA do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Pesquisa origem e destino 2007. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/metro/arquivos/OD2007/sintese-od2007.pdf>>. Data de acesso: jun. 2016.
- CORMIER, N. S.; PELLEGRINO, P. R. M. Infraestrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 25, 2008, p. 127-142.
- DNA da Brasília. Direção: Júlia Campos. Produção: Brasília Filmes. São Paulo, 2010. Documentário de curta metragem. Brasília Filmes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_bMTm0eRYNw
- FONTES, A. S. Amabilidade urbana: marcas das intervenções temporárias na cidade contemporânea. **Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, v. 2, n. 1, 2012, p. 69-93. Disponível em: <<http://intervencoesemporarias.com.br/wp-content/uploads/2016/07/14-278-1-PB.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.
- GUSSON, C. S. **Efeito da densidade construída sobre o microclima urbano**: construção de diferentes cenários possíveis e seus efeitos sobre o microclima da cidade de São Paulo. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- HA, S. J.; STENSTROM, M. K. Predictive Modeling of Storm-Water Runoff Quantity and Quality for a Large Urban Watershed. In: **Journal of Environmental Engineering**, September, 2008, p. 703-701.
- JACQUES, P. B. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, 8, 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, fev. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- LEITE, M. A. **As tramas da segregação**: privatização do espaço público. 1998. 91 p. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- LIMA, C.; QUEIROGA, E. F.; GONÇALVES, P. C. Processos participativos e universidade: balanço de uma experiência em disciplina de paisagismo. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 24, 2007, p. 89-98.
- MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Texto publicado pela **Agência Carta Maior**, em 26 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774>. Acesso em: mar. 2010.
- MARTINS, J. de S. **(Des)figurações**: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PARQUE da Brasília. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/tag/parque-da-brasilandia>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.
- SÃO PAULO (Prefeitura). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014/>>. Acesso em: jun. 2016.
- SERPA, A. **Espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.